CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

PROCESSO N°: 193/63

INTERESSADO: NELLY NOVAES COELHO

ASSUNTO : Reconsideração de resolução denegatória - Professora-Cadeira de Teoria da Literatura - FFCL de Marília.

P A R E C E R N° 307/66

1. Em 12 de março de 1962, foi a interessada contratada por 365 dias, para reger a Cadeira de Didática Geral na FFCL de Marília. Findo o contrato, foi proposta a contratação da interessada para a disciplina de Didática Especial de Língua Portuguesa, a partir de 1° de março de 1963, em RTP. Não se indicou a categoria do docente ("professor" simplesmente), mas a sua referência "53", revelava que se tratava de "assistente" (mais tarde, "instrutor"). E neste último senti do recebeu parecer favorável do extinto Conselho Estadual do Ensino Superior.

2. Em 19 de junho de 1963, o diretor da FFCL de Marília solicitou rescisão do contrato "a partir de 14 de março de 1963", a pedido, e em virtude da interessada estar ministrando aulas em outra seção do Departamento de Letras. A rescisão, autorizada pelo Sr. Governador, foi publicada no DO de 25/1°/63. Ao mesmo tempo, foi a interessada contratada para reger a Cadeira de Teoria de Literatura, com a referência "67", a partir de 15/3/63.

3. Em 15 de maio de 1964, o Diretor em exercício da FFCL de Marília propôs, com justificação da necessidade (doc. de fls. 37), a contratação da interessada, que já estava regendo a cadeira de Teoria de Literatura, para exercer as funções de instrutor da Cadeira de Didática Geral, em RTP, por 365 dias, a partir de 1° de março do mesmo ano. A minuta de contrato rezava que a contratação era feita na Cadeira de Didática Geral, "para se encarregar de Didática Especial de Português". Não se mencionava, em nenhum ponto do pedido, que a interessada continuava no exercício da função de Regente da Cadeira de Teoria da Literatura, nem que, no período de 15 de maio a 30 de junho do mesmo ano, estava em viagem de estudos na Europa, devidamente autorizada pelo Sr. Governador.

4. Note-se que, em 4/3/64, o Diretor em exercício da FFCL de Marília consultara a digna Comissão de Acumulação de Cargos (doc.

de fls. 43) sobre a regularidade da acumulação mencionando expressamente: "A referida Professora, que ja vem regendo a Cadeira de Teoria de Literatura em RTP, acumulará suas funções com as de Instrutor de Didática Especial de Português". Pelo parecer 1905/64, a Comissão considerou regular a acumulação (DO de 2/6/64). Consulta e decisão não foram, na ocasião, comunicadas a Câmara do Ensino Superior onde já tramitava o processo de contratação.

5. Tendo cabido ao signatário relatar o processo, opinou ele pela aprovação da proposta

"...desde que seja esclarecido pela Direção da FFCL de Marília, que a candidata não exerce mais a função de regente da Cadeira de Teoria da Literatura, como consta do presente processo e dos arquivos da CES. No caso contrario - o de continuar ela com a referida regência - opino pela recusa à solicitação feita, por motivos óbvios". Em sessão de 4/8/64, esta Camará aprovou unanimemente o parecer retro (nº 309/64).

A restrição - condensada na expressão "por motivos óbvios" mas desenvolvida por ocasião da discussão do parecer - devia-se ao fato de entender o Relator que o Regente de uma Cadeira não pudesse ser, na mesma Faculdade, instrutor de outra cadeira. Ou, se o pudesse por ausência de restrição legal, explícita, não o devesse por motivos de ética universitária.

6. Não recebeu a decisão desta Câmara nenhum pedido de reconsideração ou recurso, O Diretor em exercício, Profª Olga Pantaleão, encaminhou expediente ao Conselho, para que fosse obtido do Sr.Governador, o pagamento do exercício de fato, pelo desempenho da função em discussão. Baseado em que não fora dada autorização por esta Câmara para tal desempenho, o Vice-Presidente do Conselho , em exercício na época, isto o, o presente Relator , indeferiu o pedido. Diante disso, a Sra. Diretora encaminhou a 26/9/64 o pedido diretamente a Palácio, historiando o fato e solicitando autorização para o pagamento do "exercício de fato" nas aulas da disciplina de Didática Especial de Português.

O Sr. Governador autorizou o pagamento, pelo "exercício de fato" que se estenderia até o fim do ano letivo de 1964., excluindo apenas o período de 15 de maio a 15 de agosto, em face da viagem feita à Europa.

Destarte, a interessada permaneceu na função, ate o fim do ano letivo de 1964, autorizada pelo Sr. Governador, mas não na ca

teoria de Instrutor para a qual, em regime de acumulação, não houvera sido aprovada por esta Câmara.

7. Se continuou a permanecer na acumulação durante o ano de 1965, não o sabemos, nem importa no momento.

Em 1º de setembro de 1965 (um ano depois de se considerar como encerrado o episódio) a interessada encaminhou ao Diretor da F FCL de Marília um pedido de reexame do parecer 309/64, de 20/7/64 (Doc. de fls. 66), no qual alegava ter sido prejudicada em seus direitos, "pois a recusa foi dada sem estar apoiada em óbices legais, tanto mais que a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, por decisão publicada no DO de 2/6/64 considerou a referida acumulação como "Regular" pelo parecer 1905".

E atribuía aquela recusa a "um equívoco do Conselho", e, evidentemente, do Relator, "que supôs, talvez, estar eu trabalhando em Regime de Tempo Integral".

8. Neste ponto, o "equivoco" foi da interessada. Nem o Relator nem a Câmara fizeram suposições. Em nenhuma ocasião fora mencionada, do um eventual RTI. E os "motivos óbvios" da recusa não residiam nessa circunstância, mas no fato, transparente no texto do nosso parecer de que a Câmara não deveria encorajar o exercício simultâneo, na mesma Faculdade (ou em diferente), da regência de uma Cadeira, com o instrutorado de outra. O que poderia ter sido alegado, em defesa do pleiteado, não o foi, nem antes nem depois: a de que a disciplina "Didática Especial de Português", não tem um Regente, de que a interessada passasse a ser "instrutor". Ela seria a própria responsável pela disciplina. Esta, considerada autónoma, permitiria o exercício em regime de acumulação.

Este foi provavelmente o critério adotado no julgamento da digna Comissão de Acumulações, conduzindo-a a decisão da regularidade do acúmulo.

Também é descabida a alegação da interessada de que "fora prejudicada em seus direitos". Ninguém tem direito a ser contratado pelo Governo para determinada função docente. Terá direito à oportunidade, talvez. Mas, esta Câmara, tendo considerado inoportuna ou impropria a acumulação em tela (embora não se tivesse manifestado quanto a legalidade) estava no exercício de seu direito, recusando a solicitação.

9. O atual Diretor da Faculdade, Prof. J. Querino Ribeiro, ao

encaminhar ao CEE o requerimento da interessada, em que pede reconsideração do assunto, sumariou-o no ofício de fls. 81, no qual endossa os pontos de vista da interessada. E, conseqüentemente, incorre nos mesmos "equivocos", além de aceitar, sem crítica, a alegação da interessada de que perderá um "título significativo" em seu currículo, com a falta do "registro desse cargo", quando nada impede que ela tenha quantas certidões quiser, das atividades, realmente exercidas, a qual quer título.

10. Quer-nos parecer que não caberá "reconsideração do assunto", já encerrado, se não forem aduzidos novos argumentos, pois esta Câmara já tem decidido, em casos análogos, pela recusa de permitir, no mesmo instituto, o exercício de regência de uma cadeira juntamente com o instrutorado de outra, Entretanto, se ficar demonstrado, pela Faculdade, que a disciplina de "Didática Especial de Português" é disciplina autónoma, não subordinada a nenhuma cadeira, então, o assunto poderá ser reexaminado. Mas não sob a forma proposta, de reconsideração de decisão, a quase dois anos de distância, e sim, sob a forma de nova proposta do Sr. Diretor, do nome da interessada para a ministração das aulas da disciplina autónoma de Didática Especial de Português em acumulação (já considerada regular) com a regência da Cadeira de Teoria de Literatura, em RTP.

Este o meu parecer, S.M.J.

São Paulo, 20/4/66

a) CARLOS HENRIQUE R. LIBERALLI
Relator